

Os intelectuais em ação: o debate agrário nas páginas da Revista Brasiliense

RICARDO OLIVEIRA DA SILVA*

Entre meados da década de 1950 e o começo dos anos de 1960, os periódicos apresentaram-se como importante meio na inserção dos intelectuais no espaço público brasileiro, congregando pensadores com preocupações e/ou perspectivas em comuns no debate de idéias. Segundo Jean-François Sirinelli, uma revista constitui um local de fermentação para o desenvolvimento do trabalho de pensadores e, ao mesmo tempo, um local de sociabilidade, por meio do qual esses se aproximam por amizade, afinidade em torno de ideais ou posturas políticas em comum (SIRINELLI, 2003). Michel Winock informa que as idéias agem na sociedade por meio daqueles que a produzem, debatem e problematizam a partir de certos “lugares”, sociais e intelectuais, sendo as revistas um desses lugares, meio privilegiado na difusão de idéias, pensamentos e trabalhos (WINOCK, 2003). Conforme Sílvia Cezar Miskulin, através dos periódicos os intelectuais fazem política, analisam a história e intervêm no debate ideológico (MISKULIN, 2003). Em nossa opinião, este foi o caso dos intelectuais em torno da Revista Brasiliense (1955-1964).

A partir dos textos publicados na Revista Brasiliense, abordamos no presente artigo os possíveis caminhos e sentidos atribuídos por alguns dos colaboradores desse periódico ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para isso, privilegiamos, após uma apresentação das circunstâncias do surgimento e do perfil da Revista Brasiliense, textos que enfocaram o tema da questão agrária. Essa escolha possui relação com nossa atual pesquisa, em andamento no doutorado, sobre o papel e significado da questão agrária na elaboração de uma produção intelectual, nas décadas de 1950/1960, articulada com a composição de projetos de desenvolvimento para o país. Essa pesquisa está centrada, especificamente, na produção de Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Uma vez que esse último autor foi colaborador ativo nas páginas da Revista Brasiliense, finalizamos o presente artigo com algumas de suas considerações sobre os problemas rurais.

* Doutorando em História pela UFRGS, com bolsa CAPES.

Revista Brasiliense: um espaço de atuação dos intelectuais

O primeiro número da Revista Brasiliense¹ apareceu ao público em set./out. de 1955, nos momentos finais da campanha presidencial que daria vitória a Juscelino Kubitschek. A R.B, de periodicidade bimestral, foi um empreendimento que encontrou em Caio Prado Júnior um dos seus principais idealizadores e colaboradores, sendo publicado pela sua editora, a Editora Brasiliense. Conforme exposto em seu Manifesto de Fundação, esta revista surgiu em torno de escritores e estudiosos interessados em examinar e debater os problemas econômicos, sociais e políticos do país “do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura” (REVISTA BRASILIENSE, 1955: 02). A R.B nasceu, nesse sentido, com uma proposição nacionalista em torno da defesa do desenvolvimento do país sob o prisma do atendimento das necessidades do conjunto da população.

Ao caráter nacionalista destacou-se a posição da R.B, explícito em seu Manifesto de Fundação: “sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores” (REVISTA BRASILIENSE, 1955: 02). No entanto, uma consulta à lista de colaboradores da R.B revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB, como Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto e Álvaro de Faria. Em comum, tinham esses autores o fato de terem tido pouco peso nas disputas internas no PCB e os que dela participaram, já se encontrarem aliados dos centros de poder do Partido quando se iniciou a publicação da R.B.

Segundo Fernando Papaterra Limongi, a R.B foi uma publicação dirigida por membros do PCB sem ser seu órgão oficial ou veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder no Partido. O periódico representou muito mais a possibilidade desse grupo se expressar fora de um círculo restrito. Por outro lado, a posição apartidária atribuída a Revista não impediu que este grupo de intelectuais marxistas tivesse no movimento comunista internacional a referência última de suas análises, “por mais que o conteúdo das análises e das propostas se aproximem das esposadas por outras correntes nacionalistas, as ligações com o marxismo são a marca do grupo” (LIMONGI, 1987: 42).

¹ Nas citações seguintes, abreviamos o nome da revista em R.B.

A R.B contou com textos de análises plurais sobre a situação brasileira, enfocando temas como crítica de teatro, cinema, estética, economia, história, sociologia e literatura. O recrutamento de colaboradores não seguiu um cronograma definido, sendo marcado pela sua heterogeneidade, mas com um número considerável de intelectuais da USP, assim como pela variação da qualidade dos artigos publicados. Conjuntamente, a R.B conviveu com problemas econômicos, como dificuldades de reposição dos custos de produção mediante a venda de exemplares, mantendo-se por vezes com a ajuda do mecenato de Caio Prado Júnior (LIMONGI, 1987).

Em relação ao nacionalismo, Caio Prado Júnior afirmou no segundo número da R.B que o mesmo, enquanto “pensamento político, [...] exprime [...] a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o país com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas” (PRADO JR., 1955: 82). Diante disso, o movimento nacionalista deveria lutar por um desenvolvimento interno voltado para o atendimento das necessidades da população como um todo. No número dezessete da R.B, Octavio Ianni apresentou um texto afirmando que o nacionalismo brasileiro decorreria, “de um lado, das transformações da estrutura sócio-econômica e, por outro lado, das modificações sofridas pela estrutura da economia capitalista internacional” (IANNI, 1957: 121). Respectivamente, o processo de desenvolvimento industrial e os impasses ao seu prosseguimento diante dos centros industriais capitalistas externos interessados na exploração da economia do país. Na superação desse ponto de atrito situar-se-ia a luta dos nacionalistas pelo desenvolvimento autônomo do Brasil. Segundo Paula Beiguelman, mediante essas premissas, a R.B firmou-se no cenário intelectual da época como expressão teórica de um nacionalismo com ênfase em questões econômicas, defendendo um desenvolvimento sem ingerência externa (BEIGUELMAN, 1989).

O debate agrário na Revista Brasiliense

Na articulação do nacionalismo com um desenvolvimento econômico de base interna foi inserida a discussão sobre os problemas rurais. No primeiro número da R.B, Salomão Schattan publicou artigo sobre a redistribuição fundiária, uma das possíveis soluções para a questão agrária. Em sua opinião, a redistribuição de terras ajudaria na solução de um problema social (a melhoria das condições de vida do homem do campo)

e na solução de um problema econômico (a integração da economia agrícola no ritmo de desenvolvimento do restante da economia nacional). Para este autor, essas seriam soluções que interessariam a todos, e não apenas aos trabalhadores do campo, conferindo dimensão nacional à resolução de um tema que representaria “no momento, a chave do futuro progresso da nação” (SCHATTAN, 1955: 100). Elias Chaves Neto, em texto sobre o papel do mercado interno como destino para os produtos da indústria brasileira, também frisou a reforma agrária como “condição necessária para a elevação do padrão de vida do nosso homem do campo e, conseqüentemente, pelo aumento do seu poder aquisitivo, para a criação de um mercado interno” (CHAVES NETO, 1957: 06).

Heitor Ferreira Lima escreveu sobre os problemas rurais do país com foco na região nordestina. Segundo esse, em um contexto onde se intensificava o desenvolvimento capitalista no Brasil, ficavam mais evidentes e agudas as disparidades regionais, com notoriedade aos baixíssimos níveis de desenvolvimento do Nordeste. Desta região, Heitor Ferreira Lima ressaltou a agricultura, com participação de 41% na economia, como a principal responsável pela baixa renda nordestina, mediante fatores como o péssimo aproveitamento das terras, proveniente da baixa produtividade, rotina, ausência de técnicos e de ensino para o cultivo. Na base, a presença do latifúndio, sufocando possibilidades de diversificação agrícola e de melhoria no uso da terra e dos fatores de produção. A esta base ainda poderiam ser incorporados outros fatores, como as secas, a emigração e a política de açudagem, as quais favoreciam os grandes proprietários de terra. Diante disso, “chegamos à conclusão de que o problema fundamental do Nordeste é o problema agrário” (LIMA, 1958: 21). Essa atenção dada aos problemas da região brasileira economicamente mais pobre, corroborada em outros artigos ao longo dos números desse periódico, justificou-se nesse momento, em nossa opinião, em termos de dimensão nacional, cuja solução era vista por esses intelectuais como fundamental para a superação do subdesenvolvimento de todo o país.

Nas páginas da R.B também apareceram revisões historiográficas sobre as lutas sociais do campo. Um exemplo foi o texto de Rui Facó sobre a Guerra de Canudos. Opondo-se a conclusão de autores como Euclides da Cunha, Pandiá Calógeras e Pedro Calmon, que em sua opinião haviam contribuído no estabelecimento de uma compreensão deste conflito como fruto do “fanatismo religioso” e da “barbárie

sertaneja”, Rui Facó apresentou Canudos como a “rebeldia à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em sua fase superior – a luta armada” (FACÓ, 1958: 129). Segundo esse autor, a estrutura econômica do país no final do século XIX encontrava-se baseada fundamentalmente na grande propriedade territorial. A luta dos sertanejos no sertão baiano colocou em jogo “a milenar questão da terra, de sua posse por uma minoria, como arma de opressão, ou de sua posse pelos que nela mourejam, como arma de libertação” (FACÓ, 1958: 141). Uma interpretação, em nosso entendimento, que também colaborava na atribuição de um significado as lutas sociais que começavam a se desenvolver no campo brasileiro na década de 1950, como o exemplo das Ligas Camponesas no Nordeste: “Canudos é, [...] um dos grandes momentos da luta de libertação das massas camponesas no Brasil. Sua resistência indomável mostra o formidável potencial revolucionário das massas camponesas, que apenas começa a ser despertado” (FACÓ, 1959: 183).

Antes de prosseguirmos, façamos uma indagação sobre um ponto enfatizado no artigo acima: a compreensão da realidade social mediante a ótica da luta de classes, como no exemplo de Rui Facó, significou a adoção de posições teóricas e políticas revolucionárias por parte dos responsáveis pela R.B? Um artigo de Michael Lowy pode ser posto como parâmetro para uma resposta a essa pergunta. No número trinta e um da R.B, Michael Lowy publicou um estudo sobre a estrutura fundiária do país, frisando que a mesma se caracterizava por um alto padrão de concentração da propriedade da terra e a existência de formas de exploração pré-capitalistas herdadas do passado colonial. Para esse, a solução destes problemas não passaria por uma reforma agrária tendo por objetivo a introdução de relações capitalistas no campo e a ampliação do mercado interno para a produção industrial: “uma verdadeira panacéia, acalmando os ímpetus revolucionários dos trabalhadores rurais e possibilitando um triunfante progresso do capitalismo no campo e nas cidades” (LOWY, 1960: 60). Para Michael Lowy, as transformações no campo deveriam ser parte integrante de um “vasto processo de revolução ininterrupta, no qual as massas exploradas das cidades e do campo, destruirão, simultaneamente, seus três grandes opressores: o imperialismo, o capitalismo e o latifundiário” (LOWY, 1960: 68). Em sua opinião, este seria o caminho que conduziria o país à revolução agrária e socialista no Brasil, a redenção final dos trabalhadores do campo e da cidade.

Este posicionamento recebeu uma nota de esclarecimento do Diretor-Responsável da R.B, Elias Chaves Neto, afirmando que as conclusões do artigo não se enquadrariam na orientação nacionalista da R.B, compreendida como postura política que visaria unir as mais amplas camadas da sociedade brasileira na luta antiimperialista, “promovendo a melhoria das condições de vida do povo dentro do regime político e social vigente” (CHAVES NETO, 1960: 55). Por outro lado, o espaço concedido a Michael Lowy foi explicado nos seguintes termos: “não deixa de ter interesse a divulgação de um ponto de vista pessoal sobre um importante problema nacional, igualmente um dos objetivos da Revista” (CHAVES NETO, 1960: 55).

Em maior sintonia com a orientação da R.B estiveram assuntos como a sindicalização e a criação de uma legislação trabalhista rural. No número quarenta e dois da R.B, Ibiapaba Martins afirmou que a ideologia do proletariado, direcionada a luta por melhores salários e condições de trabalho, estava atingindo as associações de trabalhadores do campo no começo dos anos de 1960, consubstanciado no aparecimento de numerosos sindicatos rurais e evidenciando as contradições apontadas por essa ideologia. Assim, “dada a desorganização dos trabalhadores rurais no Brasil – até o direito de associação lhe parece negado - [...] não se pode subestimar o papel da penetração daquela legislação [trabalhista] no campo para modificar a estrutura fundiária brasileira” (MARTINS, 1962: 66). Uma legislação que, mais do que lei no papel, deveria penetrar na consciência da população rural, ajudando a desmoronar com “os alicerces corroídos do nosso arcabouço feudal e que não é feudal simplesmente devido ao monopólio da terra mas também por causa da espoliação a que são submetidas as populações rurais” (MARTINS, 1962: 66). E, ainda mais, “o [...] exercício do direito e a aplicação da lei [...] poderão eliminar da comunidade as atividades parasitárias atirando um pá de cal sobre as forças já superadas, contribuindo para que a Revolução Brasileira se faça pacificamente” (MARTINS, 1962: 77). Em parte, essa seria a tônica dos textos de Caio Prado Júnior abordando a situação social e econômica dos trabalhadores do campo.

Os principais artigos sobre a questão agrária, publicados por Caio Prado Júnior na R.B, foram reunidos e lançados em forma de coletânea no final da década de 1970, com o título de *A questão agrária no Brasil*². Em um desses artigos, de conhecimento

² Respectivamente: Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil (1960), Nova contribuição

público em 1962, no número quarenta e três da R.B, esse intelectual defendeu a necessidade de criação de uma legislação trabalhista rural. Segundo Caio Prado, a maior parte dos trabalhadores no campo encontravam-se em uma situação de miserabilidade, sendo uma das soluções para mudar essa situação a modificação da estrutura da propriedade fundiária, no sentido de corrigir sua extrema concentração e proporcionar a esses trabalhadores maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra. Outra solução seria aplicar uma legislação social-trabalhista:

Uma legislação trabalhista eficaz e realmente protetora do trabalhador empregado rural deve, além de regular as relações de trabalho, criar as condições necessárias, e que fazem falta no meio rural brasileiro por circunstâncias que lhe são peculiares, para que entre proprietários e trabalhadores subsistam unicamente, como se dá nos centros urbanos, relações puramente de trabalho, isto é, de prestação remunerada de serviços, de empregador e empregado (PRADO JR., 1979: 99).

Uma legislação desse perfil ajudaria a coibir as arbitrariedades que os patrões costumariam cometer sobre seus empregados. Contudo, para Caio Prado Júnior a arbitrariedade em pauta não teria relação com formas semi-serviço de trabalho, como apontada por Michael Lowy e mesmo Ibiapaba Martins, mas com o interesse do proprietário em obter lucro a partir da exploração acentuada de sua mão-de-obra.

A defesa da legislação empregatícia para os trabalhadores do campo e de um programa de reforma agrária era pautada pela leitura desse autor sobre a estrutura agrária, conforme percebemos em artigo anterior, de 1960, no número vinte e oito da R.B:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja mais da metade da população do País, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JR, 1979: 16).

para a análise da questão agrária no Brasil (1962), A reforma agrária e o momento nacional (1960), O estatuto do trabalhador rural (1963) e Marcha da questão agrária no Brasil (1964).

Uma das conseqüências dessa situação seria a posição de desvantagem que ficaria a população trabalhadora rural no momento de negociar sua mão-de-obra. Diante do acesso limitado a propriedade fundiária, não restaria alternativa a essa população a não ser ofertar sua mão-de-obra mediante as condições colocadas pelo grande proprietário de terra que, de um modo geral, buscava empregar trabalhadores a baixo custo.

Os grandes domínios territoriais, por sua vez, ainda teriam como um dos traços constitutivos ser uma exploração de feição mercantil com acentuado caráter especulativo, ou seja, exploração fomentada com estímulos imediatistas de grandes lucros a curtos prazos. Para obter esse resultado, essa propriedade contava com disponibilidade relativamente abundante de terra e de força de trabalho. Para Caio Prado:

A grande exploração de tipo comercial [...] tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em conseqüência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal [...] está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse em geral, e por força das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativo (PRADO JR., 1979: 31).

Na outra parte, a pequena propriedade enfrentaria sérias dificuldades na sua sobrevivência. A resistência da grande propriedade ao fracionamento restringia o pequeno proprietário em áreas pouco extensas, na maioria dos casos em sobras concedidas pela grande exploração nos locais onde não conseguia se consolidar de forma consistente. Nessas áreas, a pequena propriedade obtinha espaço e se multiplicava ao custo do fracionamento, atingindo, conseqüentemente, limites extremamente baixos. O minifúndio resultaria no progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida no início dos anos de 1960 gradualmente se aproximava da situação dos trabalhadores empregados nos grandes domínios territoriais.

A partir dessas considerações, Caio Prado Júnior concluiu que a forte concentração da propriedade fundiária, o caráter mercantil da exploração nos grandes domínios territoriais, as difíceis condições de vida dos trabalhadores rurais e as

adversidades na manutenção da pequena propriedade, representaria as características mais significativas da estrutura agrária brasileira. Desses caracteres, sobressaía-se o aspecto mercantil e concentracionista da exploração e da propriedade agrária, cuja modificação, via legislação e redistribuição fundiária, para Caio Prado duas faces da reforma agrária, seria imprescindível para a resolução dos problemas agrários, sob o ponto de vista dos trabalhadores, assim como para a efetivação de um desenvolvimento econômico autônomo ao conjunto da nação.

Considerações finais

No decorrer da década de 1950, em especial na segunda metade desse decênio, e nos primeiros anos de 1960, a inserção dos intelectuais nos debates públicos teve como um dos seus objetivos a tarefa de formular e defender, mediante seus estudos, concepções para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Para esse propósito, muitos desses intelectuais congregaram-se em torno de periódicos, por meio dos quais procuraram criar e estabelecer um “território” na difusão de idéias e posicionamentos sobre os mais variados assuntos relativos ao país. Os meios universitários ainda não haviam se consolidado como o espaço por excelência de atuação dos intelectuais, deixando margem para que esses formassem, sob iniciativas de particulares, “centros” de debates e divulgação de pesquisas. Um exemplo foi a R.B, que encontrou, em boa medida, em Caio Prado Júnior e na Editora Brasiliense suporte e logística para sua circulação.

A R.B contribuiu na divulgação de trabalhos e no fomento de debates entre intelectuais, como procuramos demonstrar ao longo desse artigo através do tema da questão agrária. Houve algumas diferenças entre os colaboradores desse periódico na compreensão das causas dos problemas rurais: Ibiapaba Martins, por exemplo, reconhecia a existência de relações feudais no campo, fato desconsiderado por Caio Prado Júnior. No entanto, ambos defendiam como fundamental a elaboração de uma legislação trabalhista aos trabalhadores rurais com a finalidade de melhorar suas condições de vida e emprego. Para essa melhoria também foi postulada uma redistribuição da propriedade fundiária, como mostramos no caso dos textos de Elias Chaves Neto, Salomão Schattan e Caio Prado Júnior. Esses artigos não representaram partes de um “pensamento único”, o “pensamento da R.B”, mas um conjunto de

concepções e medidas de autores que compartilhavam, em linhas gerais, de uma perspectiva de desenvolvimento para o conjunto do país sob princípios pacíficos e nacionalistas.

A R.B foi publicada entre 1955 e 1964. No que se refere a sua sustentabilidade, conviveu com problemas financeiros, como aponta Fernando P. Limongi, mesmo sendo publicada pela Editora Brasiliense. Aliás, pode-se dizer que foi um empreendimento de perfil comercial limitado, pois em suas páginas encontramos somente a divulgação de propagandas da própria Editora Brasiliense. Tal fato poder ser um elemento explicativo nas dificuldades de captação de recursos financeiros. Em nossa opinião, uma hipótese para isso pode ser que para os responsáveis da R.B o caráter cultural e de debate de idéias do periódico se sobrepunha ao caráter comercial. Apesar disso, foi o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart em 1964, findando com uma experiência de democracia política ainda em processo de amadurecimento, que decretou o fim da circulação e da própria R.B. O número cinquenta e dois, preparado para os meses de março e abril de 1964, foi apreendido e destruído na gráfica pelos agentes de repressão do novo regime. Um episódio emblemático de uma ordem política que não compartilhava dos caminhos apontados pelos colaboradores desse periódico para o desenvolvimento econômico e social do país.

Referências Bibliográficas:

BEIGUELMAN, Paula. A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) **História e ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989.

CHAVES NETO, Elias. Mercado interno. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 14, p. 01-08, nov./dez. 1957.

_____. Nota de esclarecimento. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 31, p. 55, set./out. 1960.

FACÓ, Rui. A guerra camponesa de Canudos (1896-1897). In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 20, p. 128-151, nov./dez. 1958.

_____. A guerra camponesa de Canudos (1896-1897). Conclusão. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 21, p. 162-183, jan./fev. 1959.

LIMA, Heitor Ferreira. Problemas do Nordeste. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 17, p. 13-34, mai./jun. 1958.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associação Nacional de

Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, vol. 02, nº 05, p. 27-46, outubro 1987.

LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 31, p. 55-71, set./out. 1960.

MARTINS, Ibiapaba. Proletariado e inquietação rural. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 42, p. 62-81, jul./ago. 1962.

MISKULIN, Sílvia Cezar. **Cultura ilhada: imprensa e revolução cubana, 1959-1961**. São Paulo: Xamã, 2003.

OCTÁVIO, Ianni. Aspectos do nacionalismo brasileiro. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 14, p. 121-133, nov./dez. 1957.

PRADO JR., Caio. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 02, p. 80-93, nov./dez. 1955.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REVISTA BRASILIENSE. Manifesto de Fundação. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 01, p. 01-03, set./out. 1955.

SCHATTAN, Salomão. Reforma agrária. In: **Revista Brasiliense**, São Paulo: Brasiliense, nº 01, p. 88-100, set./out. 1955.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.